

# A PRODUÇÃO DO ESPAÇO RURAL-URBANO E SEUS REBATIMENTOS NOS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NA ÁREA DE SUAPE, \* PERNAMBUCO - BRASIL

*André Paulo de Barros\*\*  
Karla Augusta Silveira\*\*\**

**Resumo:** O artigo tem como objetivo principal apresentar como a produção do espaço rural-urbano no contexto capitalista rebate nos conflitos socioambientais. O artigo aborda as contradições do desenvolvimento urbano-industrial na produção do espaço para reprodução e acumulação do capital, evidenciando, no caso de Suape (Complexo Industrial Portuário de Suape, Pernambuco, Brasil), a influência dos valores econômicos em torno do uso e apropriação dos recursos naturais. Essa influência vem afetando vinte e sete comunidades localizadas na área de Suape, a maioria formada por populações tradicionais de pescadores e pequenos agricultores que vivem a ameaça de perda da terra e da identidade cultural. Nesse contexto, os conflitos socioambientais surgem como formas de resistência, de luta pela conquista de direitos ameaçados e, portanto, como consequência de um processo desigual de apropriação e (re) produção do espaço.

**Palavras-chave:** Produção do espaço. Espaço rural-urbano. Conflitos socioambientais.

**Abstract:** The principal aim of this article is to show how the production of the rural-urban space in the capitalist context influence the social-environmental conflicts. The article analyses the contradictions of the industrial-urban development in the production of the space for reproduction and accumulation of the capital, as in the case of the Suape (Suape Industrial Complex in Pernambuco, Brazil), that affects twenty seven communities located in its area. These communities are formed by traditional

---

\* SUAPE – Complexo Industrial Portuário de Suape.

\*\* Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA/UFPE), membro pesquisador do Grupo de Pesquisa em Raça, Gênero, Meio Ambiente e Planejamento de Políticas Públicas da Universidade Federal de Pernambuco (GRAPP-UFPE) e Diretor da ONG - Rede de Defesa Ambiental do município do Cabo de Santo Agostinho (Região Metropolitana do Recife). Professor da Faculdade de Ipojuca e da Escola Técnica Agrícola de Escada/PE.

\*\*\* Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente pelo PRODEMA/UFPE, membro pesquisador do Grupo de Pesquisa em Raça, Gênero, Meio Ambiente e Planejamento de Políticas Públicas da Universidade Federal de Pernambuco (GRAPP-UFPE) e Gerente da Rede de Defesa Ambiental do município do Cabo de Santo Agostinho (Região Metropolitana do Recife). Consultora da Souza Barros Consultoria em Sustentabilidade.

populations of fishermen and small farmers that face the risk of losing their land and cultural identity. In this context, social-environmental conflicts are forms of resistance, of struggle for the preservation of their rights to the place and, so, are consequence of an unequal process of appropriation and production of the space.

**Keywords:** Production of the space. Rural-urban space. Social-environmental conflicts.

## INTRODUÇÃO

A discussão sobre conflitos socioambientais tem sido uma questão chave para a compreensão das diversas contradições existentes no atual modelo de desenvolvimento global ancorado predominantemente no modo de produção capitalista, integrando questões ambientais com as questões sociais, fazendo emergir linhas de pensamento que analisem relações contraditórias tais como processos que determinam os diferentes modos de uso e apropriação da natureza. Entende-se o conflito socioambiental como um conflito social relacionado ao modo de apropriação e uso dos elementos da natureza envolvendo relações de poder onde os sujeitos envolvidos constroem uma “dimensão ambiental” para suas lutas (ACSELRAD, 1995).

Nesse processo dialético, as contradições da utilização do espaço envolvendo diferentes formas sociais de usos e apropriações dos recursos territorializados passam a se expressar nas formas de conflitos socioambientais, que evidenciam formas contraditórias de produção do espaço (ACSELRAD, 1995; SILVEIRA, 2010). Devido às relações intrínsecas existentes entre espaço e o conceito de conflito socioambiental, a compreensão dos processos sociais de produção e reprodução social do espaço geográfico pode servir como contexto teórico e empírico para o entendimento da temática dos conflitos socioambientais.

O objetivo principal deste artigo é apresentar como a produção do espaço rural-urbano no contexto capitalista rebate na produção dos conflitos socioambientais, tomando como exemplo os conflitos socioambientais identificados no Complexo Industrial Portuário de Suape localizado no Litoral Sul de Pernambuco, doravante chamado de Suape.

Partindo do conceito de espaço geográfico de Milton Santos (2009), das concepções de produção do espaço de Henri Lefebvre (1999) e dos estudos dos conflitos socioambientais em Suape publicados por Silveira (2010) foi possível delinear teórica e empiricamente a temática deste trabalho, demonstrando as contradições do desenvolvimento urbano-industrial na produção do espaço rural-urbano numa das regiões de maior crescimento industrial do Brasil na atualidade.

## 1 A PRODUÇÃO SOCIAL DO ESPAÇO E SUA RELAÇÃO COM OS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS

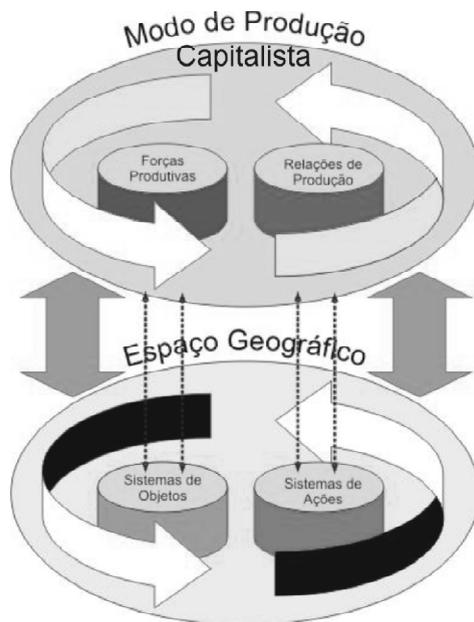
### 1.1 DIMENSÕES, CONTRADIÇÕES E CONFLITOS

O ser humano ao longo da história tem transformado a natureza para produzir um ambiente propício à satisfação de suas necessidades. Foi dessa transformação que surgiu o espaço geográfico como produto de relações sociais que transformam a natureza em espaços para as atividades humanas.

Segundo Santos (2009, p. 63), “o espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá”. Ao longo da história, esse espaço vem se transformando de uma natureza selvagem, formada por objetos naturais, para uma natureza artificial que funciona como máquina e que é formada por objetos fabricados, objetos técnicos, mecanizados e cibernéticos, sendo constantemente marcado pelo acréscimo de objetos técnicos (hidroelétricas, fábricas, fazendas modernas, portos, rodovias, estradas de ferro, cidades) que lhe dão um conteúdo extremamente técnico.

Atualmente, o espaço nessa perspectiva é visto como um sistema de objetos cada vez mais artificiais, povoado por sistemas de ações igualmente inseridos de artificialidade e cada vez mais propensos a fins estranhos ao lugar e a seus habitantes. Esses sistemas que compõem o espaço são interdependentes e interativos. Os sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações e, por sua vez, o sistema de ações cria objetos novos ou se realiza sobre objetos preexistentes, o que leva o espaço a encontrar a sua dinâmica e sua transformação (SANTOS, 2009).

É possível notar uma ligação estreita entre os elementos que constituem o espaço e os elementos que constituem o modo de produção das sociedades. Existe uma relação entre o sistema de objetos do espaço com as forças produtivas do modo de produção, assim como há uma relação intrínseca entre o sistema de ações e as relações de produção (figura 1).



Fonte: SILVEIRA (2010, p. 32).

**Figura 1** – Relação dialética entre espaço geográfico e modo de produção

De acordo com Rossini (2009) o espaço é uma produção humana, sendo seu processo de criação e transformação determinado pelo modo como os seres humanos produzem sua existência, ou seja, o espaço é um produto do modo de produção vigente na sociedade. No entanto, como o modo de produção é apenas um elemento da totalidade, na medida em que determina o espaço a ser produzido é ao mesmo tempo determinado por ele.

É por isso que o espaço expõe no conteúdo e nas suas formas as contradições sociais que o produziram. Essas, por sua vez, geram também as condições de reprodução das relações sociais, fazendo com que o espaço seja resultado e, ao mesmo tempo, condição da reprodução da sociedade. Em outras palavras, o espaço consiste em um “efeito” que se transforma em “causa”, ou, um resultado que se transforma em processo (LEFEBVRE, 1991; GODOY, 2004; SANTOS, 2009).

Segundo Silveira (2010), a expressão “produção social do espaço” visa a abordar os processos de reprodução das relações capitalistas de produção dentro de uma determinada formação socioeconômica, em que o espaço é o lugar em que essas relações sociais se localizam e se reproduzem com todas as suas manifestações de conflitos e contradições.

Sobre a “produção do espaço” Henri Lefebvre é um importante referencial. Em sua obra *The Production of Space* Lefebvre busca conciliar o “espaço mental” (o espaço dos filósofos) e o “espaço real” (o espaço físico

e social), com base em considerações metafísicas e ideológicas do significado do espaço para a experiência no cotidiano da casa e da cidade.

Segundo Lefebvre (1991), o espaço é um produto social, ao mesmo tempo em que é um meio de produção da sociedade, tendo ao mesmo tempo elementos abstratos e concretos, que o fazem um instrumento e um meio de produção da sociedade, além de ser um meio de controle e instrumento de dominação e de poder imbuídos de contradições e conflitos. O autor aponta duas categorias analíticas para o entendimento dos processos sociais contraditórios e conflituosos da produção do espaço. Essas categorias são: o espaço abstrato e o espaço social.

O espaço abstrato se produz pela exteriorização de práticas econômicas e políticas que se originam com a classe capitalista e com o Estado. Ele é fragmentado, homogêneo e hierárquico. São espaços construídos dentro da lógica capitalista que seguem a padronização e o individualismo desta racionalidade. Assim, são espaços abstratos primados pela razão estética e pela força das imagens e da linguagem, e são comumente utilizados como instrumento de dominação (LEFEBVRE, 1991; FERREIRA, 2007; SOUZA, 2009). Por sua vez, o espaço social trata-se do espaço dos “valores de uso” produzidos pela complexa interação de todos os agentes sociais no cotidiano.

Segundo Ferreira (2007), ocorre frequentemente uma tensão entre espaço abstrato e espaço social (entre valor de troca e valor de uso) produzindo efeitos de fragmentação na totalidade do espaço, criando guetos hierarquizados que refletem a hierarquia econômica e social de um lugar ou de lugares que passam a ter setores dominantes e subordinados e a influenciar diretamente o processo da divisão territorial do trabalho.

Essa tensão se desenvolve no espaço geográfico por meio da dialética entre espaços abstratos e espaços sociais cujos resultados se desdobram em múltiplas construções de “espaços diferenciais”, que procuram resistir à ordem imposta.

As lutas que se dão em torno do conflito entre espaço abstrato e espaço social contribuem para o processo mais amplo de transformação e reprodução da sociedade e do espaço geográfico, e são materializadas nas relações sociais, em que os conflitos socioambientais se configuram como notáveis exemplos desse processo.

## 1.2 PRODUÇÃO SOCIAL DO ESPAÇO E CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS

A produção social do espaço, especialmente a relação dialética entre espaço abstrato e espaço social, torna possível traçar algumas considerações sobre seu rebatimento nos conflitos socioambientais.

Segundo Acselrad (1992), as questões ambientais que a sociedade enfrenta atualmente são resultados de conflitos sociais entre interesses privados e bens coletivos que se desenrolam na tensão entre os múltiplos usos dos

recursos naturais num dado território ou espaço. Mesmo sabendo que os elementos que constituem o meio ambiente não são passíveis de apropriação privada, como é o caso do ar e a água, indivíduos mediados por relações territorializadas de poder podem alterar a qualidade desses recursos naturais pelo uso impróprio/indevido privando o acesso de grupos humanos de usufruírem desses bens com qualidade gerando, assim, conflitos sociais (ACSELRAD, 1992).

Diante dos elementos da natureza, o que se tornou passível de apropriação privada foi a terra. Isso começou a ocorrer com o advento do capitalismo, no século XVIII, na Inglaterra, em que o processo de cerco das terras provocou a exploração e expulsão dos camponeses de seus domínios transformando-os em proletariados assalariáveis nas cidades, estabelecendo um novo processo de produção do espaço rural-urbano, em que o urbano passou a ganhar centralidade e preponderância econômica e política sobre o rural (IANNONE, 1992; ACSELRAD, 1992).

De uma maneira geral, o desenvolvimento do capitalismo sempre foi marcado pelo processo de concentração de poder e renda, cujo perfil assumido e resultados sócio-econômicos obtidos se configuraram como um processo desigual de desenvolvimento econômico, social, político e espacial desprivilegiando os pequenos modos de produção que aos poucos foram se subordinando ao modo de produção dominante. Nesse sentido, os pequenos produtores rurais passaram a se configurar como um dos grupos mais vulneráveis diante desse processo de dominação do capital sobre a terra e sobre o campo. Com a apropriação da terra pelo capital, a terra se torna uma “terra de negócio”<sup>1</sup> em contraposição à “terra de trabalho”, estabelecendo, assim, processos de exploração do trabalho alheio e de expropriação fundiária (ROSSINI, 2009).

Nesta dualidade entre a “terra de trabalho” e a “terra de negócio”, entre os valores de uso e os valores de troca, e entre os espaços abstratos e os espaços sociais, os conflitos sociais podem emergir em casos particulares de conflitos socioambientais na medida em que “dimensões ambientais” são criadas dentro das lutas que se estabelecem em torno da apropriação e uso da natureza.

Diante desse contexto, Suape vem se configurando como um exemplo relevante de uma produção capitalista do espaço que vem ocorrendo de forma desigual e permeada de injustiças sociais, cujo processo de concepção do espaço e das práticas espaciais dominantes considera as questões socioambientais como simples externalidades do cálculo econômico (SILVEIRA, 2010).

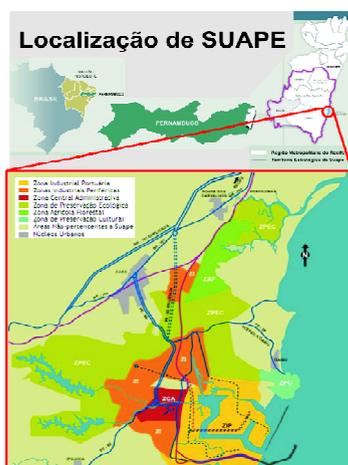
<sup>1</sup> A “terra de negócio” (terra de exploração) é aquela em que o capital se apropria para crescer ininterruptamente, para gerar continuamente novos e maiores lucros, que podem advir tanto da exploração do trabalho dos destituídos de terra como dos que nunca tiveram acesso a ela, ao contrário da “terra de trabalho” que é a terra possuída por quem nela trabalha, não utilizada para especular e nem para explorar. É a terra em que o valor de uso se sobressai sobre o valor de troca (ROSSINI, 2009).

Consequentemente, os conflitos socioambientais emergem evidenciando as injustiças e desigualdades do processo de (re) produção do espaço geográfico, buscando no confronto político o estabelecimento de “espaços diferenciais” que sejam contrários à ordem imposta pelo modo de produção dominante que prioriza a produção e acumulação do capital à custa de toda à sociedade.

### 1.3 SUAPE: CONVERSÃO DO USO DA TERRA E SUAS IMPLICAÇÕES NA DINÂMICA DO ESPAÇO RURAL-URBANO

O Complexo Industrial Portuário de Suape foi implantado em 1974 mediante a desapropriação de terras de antigos engenhos, usinas e de áreas destinadas à reforma agrária e ocupadas por pequenos produtores rurais. De lá para cá, um processo gradativo de estagnação e expropriação de pequenos produtores rurais ainda residentes na área de Suape vem ocorrendo na medida em que o complexo se estrutura e se consolida com a instalação das indústrias forçando o êxodo rural e alterações na dinâmica populacional entre o meio rural e urbano (SILVEIRA, 2010).

Suape está situado 40km ao sul do Recife (PE), nos municípios de Ipojuca e Cabo de Santo Agostinho. Ao todo, o complexo ocupa uma área extensa de 13.500 hectares (figura 2). Atualmente Suape vem se consolidando como um dos principais pólos de desenvolvimento econômico do Estado de Pernambuco e do Brasil, cujo projeto se propõe a tornar Pernambuco um pólo nacional provedor de bens e serviços para o setor de petróleo, gás natural, *offshore* e naval.



Fonte: Silveira (2010, p. 58).

Figura 2 – Localização de Suape

A atração de capital privado para Suape é na ordem de bilhões de dólares. Segundo relatórios do Suape Global (2008) até 2006 já foram instaladas oitenta e uma empresas cujo investimento total atingiu US\$ 2,15 bilhões. De 2007 a 2010 está prevista a instalação de mais trinta e cinco empresas cujo investimento chegará a 13,59 bilhões de dólares.

A atração e fixação desse capital somado aos investimentos públicos em infra-estrutura vêm provocando alterações bruscas no espaço geográfico, não só nos municípios do Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, mas também em outros municípios adjacentes considerados pelo Estado de Pernambuco como áreas estratégicas para Suape.

A principal alteração desse processo capitalista de (re)produção do espaço consiste na conversão do uso da terra do rural para o urbano com prejuízos para os pequenos produtores rurais que vivem há gerações nas terras de Suape e que estão sendo expropriados pelo Estado para consolidação do complexo, acarretando conseqüentes migrações de populações rurais para áreas urbanas periféricas, especialmente no município do Cabo de Santo Agostinho (SILVEIRA, 2010). Segundo o Diagnóstico Socioambiental do Cabo de Santo Agostinho (PREFEITURA DO CABO, 2003) a implantação do pólo industrial do Cabo e do Complexo Industrial Portuário de Suape foi o principal responsável pela expansão demográfica da região, passando, o município do Cabo de Santo Agostinho, de 10.050 habitantes em 1960 para 68.784 habitantes em 1991, o que representa uma variação de 288,6% do contingente demográfico. Em 2009 a população do Cabo de Santo Agostinho era estimada em 171.583 habitantes com taxa de urbanização superior a 80% (IBGE, 2010).

Com a expulsão da população do campo, um grande contingente de famílias passou a habitar na periferia das cidades, em encostas com altas declividades, manguezais, alagados e outras áreas impróprias para assentamentos humanos, intensificando a proliferação de bolsões de pobreza e seus desdobramentos sociais. A regularização dessas ocupações pela Prefeitura dos municípios atingidos tem resultado na criação, em áreas nem sempre adequadas, de loteamentos e vilas destinados à população de baixa renda, contribuindo com frequência, para o aumento da ocupação desordenada do solo urbano (PREFEITURA DO CABO, 2003).

Segundo Silveira (2010) ao longo da história do município, o processo de ocupação e uso das terras da região onde se localiza Suape sempre atendeu, de forma prioritária, aos interesses e necessidades econômicas de grupos dominantes sem considerar aspectos ecológicos e sociais. Mesmo com a modernização e dinamização das práticas produtivas na região, as formas de uso do espaço geográfico não deixaram de lado as históricas perversões sociais, apenas vestiram uma nova roupagem. Tudo isso é evidenciado nos conflitos socioambientais existentes em Suape, onde grupos e diferentes projetos se contrapõem, disputando entre si formas abstratas e concretas de apropriação e uso do espaço.

### 3 CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS EM SUAPE: OS CASOS MANIFESTOS NA ILHA DE TATUOCA E NAS COMUNIDADES RURAIS DO ENTORNO DAS BARRAGENS DE BITA E UTINGA

Ao pesquisar os conflitos socioambientais em Suape em 2009, Silveira (2010) identificou a existência de 27 comunidades (todas rurais) localizadas na área do complexo. Das 27 comunidades apenas 17 reconheceram a existência de conflitos sociais, sejam eles agrário-fundiários ou socioambientais. Silveira constatou que, apesar de 17 comunidades, através de suas organizações comunitárias, estarem envolvidas em conflitos sociais, apenas seis conflitos socioambientais foram identificados, mediante os critérios estabelecidos pela pesquisa. Os conflitos socioambientais foram classificados em tipologias e categorizados quanto à natureza de manifestação. Apenas dois conflitos socioambientais eram manifestos no momento da pesquisa. Os restantes foram considerados como conflitos socioambientais categorizados como potenciais ou latentes, podendo eclodir a qualquer momento. O quadro 1 apresenta uma caracterização sumária dos conflitos socioambientais identificado.

**Quadro 1**  
Identificação dos conflitos socioambientais existentes em Suape.

Conflitos Socioambientais	Tipo	Objeto de confronto	Natureza
Conflito de desapropriação das terras circunvizinhas às barragens de Bitá e Utinga para fins de reflorestamento e conservação do manancial.	Relacionado ao controle sobre os recursos naturais.	Terra, água e conservação da biodiversidade.	Manifesto.
Conflito na instalação da Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) da Praia de Gaibu nas terras das Comunidades de Cepovo e Águas Compridas.	Relacionado com Impactos Ambientais.	Preocupação com possíveis impactos ambientais da instalação da ETE nas comunidades de Cepovo e Águas Compridas.	Latente.
Conflito entre moradores do Engenho Serraria e empresas potencialmente poluidoras devido à proximidade entre eles.	Relacionado com Impactos Ambientais.	Preocupações com poluição sonora e atmosférica.	Latente.
Conflito entre moradores do Engenho Algodoads e empresas potencialmente poluidoras devido à proximidade entre eles.	Relacionado com Impactos Ambientais.	Preocupações com poluição sonora, atmosférica e hídrica nos riachos que cortam a comunidade.	Latente.
Conflito entre moradores do Engenho Mercês (Ipojuca) e empresas potencialmente poluidoras devido à proximidade entre eles.	Relacionado com Impactos Ambientais.	Preocupações com a destruição de manguezais, poluição atmosférica e hídrica.	Latente.
Conflito entre moradores da Ilha de Tatuoca e as empresas Suape e Estaleiro Atlântico Sul quanto à instalação de empreendimento impactante.	Relacionado com Impactos Ambientais.	Preocupações com a destruição de manguezais, poluição atmosférica e hídrica.	Manifesto.

**Fonte:** Silveira (2010, p.70).

### 3.1 CONFLITO SOCIOAMBIENTAL NA ILHA DE TATUOCA

A Ilha de Tatuoca localiza-se na zona industrial portuária de Suape no município de Ipojuca nas coordenadas geográficas S 08° 22' 43,7" W Gr 34°58' 57,6". É uma ilha fluvial situada no estuário dos rios Tatuoca e Massangana. Nessa ilha está sendo instalado o Estaleiro Atlântico Sul, um dos empreendimentos mais impactantes do ponto de vista ambiental e social pela magnitude de alterações geológicas na bacia estuarina, supressão de manguezais com perda de biodiversidade, alteração de paisagem, poluição atmosférica, e deslocamento de populações tradicionais. A ocupação da área vem se dando há aproximadamente 200 anos. Em 2009 a comunidade tinha cinquenta e três famílias, a maioria vivendo exclusivamente da agricultura de autoconsumo e da pesca no manguezal.

Todos os moradores estão destinados a saírem da ilha que será totalmente ocupada por empreendimentos industriais portuários (indústrias navais). Uma parte da ilha se encontra cercada pelo Estaleiro Atlântico Sul restringindo o acesso de moradores e visitantes à ilha e aos moradores da localidade. As visitas à área só ocorrem mediante comunicação prévia à Suape e ao Estaleiro, e em alguns casos, mediante autorização especial com escolha de vigilância privada.

No momento da pesquisa a comunidade, por meio da sua associação comunitária, encontrava-se envolvida em conflitos manifestos nas categorias: agrário-fundiário e socioambiental. O conflito agrário-fundiário refere-se ao processo de expulsão total dos moradores da ilha, que se encontra em processo de negociação entre a Associação dos Moradores da Ilha de Tatuoca e o Governo do Estado (Suape e Companhia Estadual de Habitação – CEHAB) buscando garantir direitos de moradia e habitação dos ilhéus a serem realocados.

Nesses conflitos socioambientais foram observados problemas relacionados aos impactos ambientais do Estaleiro Atlântico Sul, especialmente quanto à construção de um dique de enrocamento sem observância aos requisitos legais da licença de instalação concedida pela Agência Estadual de Meio Ambiente (CPRH).

Conforme informações levantadas por organizações não governamentais de luta por direitos que apóiam a comunidade da Ilha de Tatuoca, a construção ilegal do dique de enrocamento provocou uma série de impactos ambientais que prejudicou as atividades produtivas tradicionais dos habitantes da ilha (pesca artesanal, captura do camarão, do caranguejo, da ostra, etc.) devido às alterações que esta obra vem causando ao movimento das marés.

Face ao contexto a Associação dos Moradores da Ilha de Tatuoca, com apoio das organizações Associação Pernambucana de Defesa do Meio Ambiente (ASPAN), do Centro Dom Helder Câmara de Estudos e Ação

Social (CENDHEC), da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e da Terra de Direitos formalizou, em 2008, uma denúncia ao Ministério Público Federal contra Suape e o Estaleiro Atlântico Sul, exigindo o imediato desfazimento do dique de enrocamento construído sobre o rio Tatuoca e indenização à população tradicional da ilha pelos danos materiais e morais, por ter sido privada de seus meios de sobrevivência, e de seu *modus vivendi*. Na ocasião da pesquisa de Silveira em 2009, o processo ainda se encontrava em tramitação no Ministério Público Federal.

O conflito socioambiental da Ilha de Tatuoca evidencia a luta entre interesses privados e bens comuns em torno de aspectos relacionados à apropriação da natureza que resulta numa distribuição ecológica desigual do modo como se produz o “espaço ambiental” (ACSELRAD, 1992; RAMOS, 2003). A produção desigual desse “espaço ambiental” pelo capital demonstra como a injustiça ambiental ganha “legitimidade” dentro das políticas ambientais, e que a classe capitalista, quase sempre, obtém respaldo para apropriação da natureza em detrimento de grupos que mantinham e mantêm relações metabólicas com a terra, rios e manguezais, mas que por conta do “desenvolvimento” foram expropriados e vem tendo seu modo de vida degradado e transformando de forma irreversível.

O conflito acima mencionado surge à medida que um grupo (Estaleiro Atlântico Sul) se utiliza do espaço em detrimento dos significados e usos que outros segmentos sociais (Ilhéus de Tatuoca) possam fazer de seu território para assegurar a reprodução do seu modo de vida, conforme destaca Acselrad (2005).

Tal exemplo demonstra que, o modo como o espaço vem sendo produzido socialmente leva a que os seus elementos naturais, considerados um bem comum, sejam subordinados às lógicas do poder de reprodução do modo de produção capitalista (BARROS; SILVEIRA; GEHLEN, 2009).

### 3.2 CONFLITO SOCIOAMBIENTAL NAS COMUNIDADES RURAIS DO ENTORNO DAS BARRAGENS DO BITA E UTINGA

As barragens dos rios Bitá e Utinga são mananciais integrantes do sistema de abastecimento hídrico de Suape. O sistema foi inaugurado em 1982 sendo concebido para atender ao Complexo Industrial de Suape, mas, diante da escassez de água no município do Cabo de Santo Agostinho e áreas de Jaboatão dos Guararapes, o sistema passou a atender também essas áreas, desde 1983. Com a previsão de operação do Sistema Pirapama, no município do Cabo de Santo Agostinho, no fim de 2010, as barragens de Bitá e Utinga passarão a atender exclusivamente Suape e o pólo petroquímico em consolidação (BARRETO, 2009).

O conflito socioambiental nesta área envolve seis comunidades rurais localizadas no entorno das barragens e a empresa Suape (Engenhos Arandepê,

Bitá, Campi, Pirajá, Tabatinga e Alagado-Penderama). É um conflito relacionado ao controle de recursos naturais, especificamente terra, água e conservação da biodiversidade. O conflito se constituiu a partir da dimensão ambiental que os atores envolvidos atribuíram ao embate uma vez que Suape, mediante seu Plano Diretor, estabeleceu as áreas do entorno dos referidos mananciais como áreas de preservação ecológica. Nessa área está prevista a criação de uma Unidade de Conservação de Proteção Integral, o que implica a remoção completa dos ocupantes, cerca de 400 famílias.

O início da ocupação das referidas terras iniciou-se em 1986 no Bitá (Engenho Conceição Nova), com um grupo de trabalhadores rurais sem-terra desvinculados de qualquer grupo organizado. Esse grupo inicialmente recebeu apoio de uma associação comunitária – Associação de Barra de São Miguel – que aos poucos foi contribuindo para organização do movimento. Em 1989, o movimento foi integrado ao Movimento dos Sem-Terra de Pernambuco, que planejou e executou uma ocupação mais ampla das terras de Suape, ocupando as demais áreas do entorno das barragens do Bitá e Utinga.

Desde então os pequenos agricultores ocupantes dessas áreas sempre estiveram envolvidos em confrontos diretos com a administração de Suape quanto ao uso das terras, sofrendo restrições e repressão quanto ao plantio de determinadas lavouras, bem como, à construção e reforma de casas e benfeitorias.

Com o aumento da instalação de novos empreendimentos no Complexo Industrial Portuário de Suape – CIPS, especialmente os de grande porte, como a Refinaria (Petrobrás) e todo o pólo petroquímico a ela atrelado, a preocupação de garantir o abastecimento de água para a operação dessas indústrias se tornou algo prioritário e estratégico para esses empreendimentos. Para tanto, a idéia de criação de uma Unidade de Conservação de Proteção Integral no entorno dos mananciais de Bitá e Utinga se consolidou como uma das principais “preocupações ambientais” de Suape, cujos recursos são oriundos da compensação ambiental da Refinaria e de outros empreendimentos atrelados já foram direcionados para este tipo de ação.

Diante dessa realidade, Suape iniciou um trabalho de levantamento e cadastramento de todas as ocupações existentes na área de implantação da Unidade de Conservação, visando definir um processo de indenização e retiradas dos ocupantes. Tal processo foi concebido por Suape para ser operacionalizado de forma individualizada em que a negociação da indenização dar-se-ia diretamente entre Suape e as famílias a serem retiradas, evitando desta forma, ações coletivas, propiciando diluir o movimento.

As organizações dos pequenos agricultores não satisfeitas com o processo individualizado de negociação e visando garantir direitos sociais há muito tempo demandados, iniciaram um movimento social para confrontar essas iniciativas promovidas pelo Governo do Estado.

A partir daí foi criado um Grupo de Trabalho entre organizações dos pequenos agricultores (Associação dos Pequenos Agricultores Rurais do Engenho Conceição Nova/Bitá; Associação dos Trabalhadores Ocupantes de Suape – Fazenda dos Trabalhadores; Associação dos Produtores Rurais de Tabatinga II), Movimento de Libertação dos Sem Terra e o Governo do Estado (Suape e Agência Estadual de Meio Ambiente – CPRH).

As organizações dos pequenos agricultores integrantes no Grupo de Trabalho concordaram com a retirada dos ocupantes estabelecendo, contudo, condições para a desocupação das áreas, a saber: realização de indenizações justas para as famílias retiradas; reassentamento dos agricultores em outras terras compradas pelo Estado; construção de casas populares para famílias retiradas de Suape que não serão reassentadas (não agricultores) além de outras reivindicações voltadas para melhoria das condições dos pequenos agricultores.

Algumas dessas condições ainda se confrontam com a proposta de criação da Unidade de Conservação de Proteção Integral, o que vem gerando alguns embates em torno das negociações quanto ao uso das terras. Segundo lideranças comunitárias participantes do Grupo de Trabalho, a retirada das famílias e o processo de negociação estabelecidos com Suape é um momento oportuno para os pequenos agricultores que não aguentam mais a estagnação produtiva oriunda das restrições e repressões de Suape quanto ao uso das terras. Esse sentimento é expresso de forma contundente conforme a fala de uma liderança comunitária envolvida no processo registrada por Silveira (2010, p.89):

Tem gente que tá com pena porque tá perdendo seus sítios, mas pra mim, na minha avaliação, tá chegando uma hora certa, até porque essa terra não ajuda mais o trabalhador: ela cansou, porque a Empresa [Suape] nunca deu a mão pra gente tratar a terra e fortalecer ela. Já que a gente não consegue, na minha avaliação, o mais certo é indenizar o povo. Para o homem que produz essa terra não dá mais. Eles [Suape] não querem que se fortaleça a terra com adubo, máquinas pra virar, pra depois plantar lavoura. Ela [terra] hoje tá dando muito pé de caju e jaca. Não tá botando o suficiente porque todos esses peziños de fruta precisam de reforço e o povo não tem capacidade de produzir (ENTREVISTA Nº 12 de 13.11.2009 *apud* SILVEIRA, 2010, p. 89).

O conflito socioambiental descrito acima e sua forma de participação social (luta por conquista de direitos) demonstram como a luta pela justiça ambiental é marcada pela resistência de grupos sociais desfavorecidos, política e economicamente, à supremacia das intervenções no espaço pelas elites e grupos políticos que dele se apoderam, cujas decisões sobre a regulação do uso e ocupação do solo são produzidas de “cima para baixo”, privilegiando alguns segmentos da sociedade em razão de seus poderes econômicos, políticos e sociais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta discussão o ponto de partida foi o pressuposto de que o uso e apropriação privada da terra e dos recursos naturais interferem nas condições de trabalho e na qualidade de vida de comunidades nativas que desenvolvem relações metabólicas com a natureza, provocando restrições de direitos e o aparecimento de conflitos socioambientais.

Ficou evidenciado que a produção social do espaço apresenta profundos rebatimentos nos conflitos socioambientais, demonstrando, também, que o espaço geográfico é um elemento significativo nas relações conflituosas de apropriação da natureza que caracterizam o conflito socioambiental.

Os conflitos socioambientais identificados registram a existência de políticas socioambientais que atendem à classe capitalista, por meio do licenciamento e da “indústria dos EIA/RIMA”<sup>2</sup>, e aos “ambientalistas conservacionistas” que desenvolvem projetos de conservação da biodiversidade com recursos da compensação ambiental dos empreendimentos licenciados (projetos de proteção da fauna, flora e recursos hídricos), sem atender aos grupos sociais que vem mantendo relações metabólicas com a natureza. Esses grupos sociais de pequenos agricultores, por conta do desenvolvimento industrial-portuário, vêm sendo expropriados de suas terras e vêm modificando seu modo de vida, sua identidade e seus costumes, degradados de forma irreversível pelos impactos ambientais ocasionados pela “modernização conservadora” do município.

Todavia, é importante salientar que os processos de participação social nos conflitos socioambientais manifestos demonstram que os expropriados e excluídos pelas políticas socioambientais vigentes passaram a criar seus “espaços diferenciais” mediante organização de movimentos sociais e de grupos de pressão e negociação, manifestando seus desacordos, suas dificuldades, revoltas e reivindicações, colocando-se, também, como sujeitos sociais portadores de projetos políticos alternativos de interação com o meio ambiente, em que a produção social do espaço deixa de servir como meios instrumentais de preservação do poder político passando a servir aos interesses de toda a sociedade e não de algumas classes sociais (SILVEIRA, 2010).

O texto aqui apresentado evidencia que, de um modo geral, a produção social do espaço tem profundos rebatimentos nos conflitos socioambientais, como os que vêm ocorrendo em Suape. Na última década, quando se intensificou a atração e os investimentos de capital na estruturação e consolidação do espaço do complexo portuário-industrial, produziram-se alterações drásticas na dinâmica sócio-espacial no meio urbano e rural dos municípios de Ipojuca e do Cabo de Santo Agostinho, especialmente neste último.

<sup>2</sup> Estudos e Relatórios de Impactos Ambientais exigidos do empreendedor para instalação e operação de seus empreendimentos.

O caso de Suape, considerado à luz da teoria, demonstra claramente as contradições e conflitos oriundos da tensão entre dois tipos de “espaços”, que Lefebvre (1991) denomina de “espaço abstrato” e “espaço social”.

A tensão entre “espaço abstrato” (espaço concebido e planejado para a produção industrial e portuária) e o “espaço social” (dos múltiplos usos, inclusive dos pequenos agricultores posseiros e residentes na área de Suape) tem se tornado um catalisador do surgimento de “espaços diferenciais”, muitas vezes materializados e evidenciados nos conflitos socioambientais manifestos, mediante resistência organizada ao “espaço abstrato” que busca impor continuamente sua ideologia de organização espacial em favor dos interesses do Estado e da classe capitalista. A solidariedade entre os despossuídos para a construção da cidadania é evidenciada, em todos os momentos, na luta por seus direitos.

Como foi salientado, a regulamentação dos recursos ambientais por via única, a favor da industrialização a qualquer preço e da espoliação dos pequenos agricultores e comunidades tradicionais, vem se tornando a causa de conflitos socioambientais.

Com a descentralização, o município do Cabo de Santo Agostinho, mediante o poder local, tem um papel importante no apoio positivo nas interligações rural-urbanas, uma vez que o poder local e outros atores locais estão em melhor posição para identificar as necessidades e prioridades locais e fornecer uma resposta adequada a elas (GEHLEN, 2005).

Assim, a natureza e o alcance das interações rural-urbano provocadas pela “industrialização urbanizadora”, ou “modernização conservadora” têm sido influenciados por fatores geográficos, demográficos e pelo sistema de produção baseado na posse e acesso aos recursos naturais. No contexto de Suape, o poder local poderia e deveria negociar e regular o uso dos recursos naturais pelos residentes, rurais e urbanos, e pelas empresas industriais, comprometendo-se com as vocações naturais da população local em vez de desempenhar um papel de executor sem poder de decisão das imposições vinda de fora, impostas pelos sistemas industriais e do mercado, destruidores dos saberes e fazeres historicamente construídos, contribuindo para o aumento da pobreza e desigualdades.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACSELRAD, Henri. Apresentação. In: ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens; PEREIRA, Doralice Barros. *A insustentável leveza da política ambiental: desenvolvimento e conflitos socioambientais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p. 7-24.

\_\_\_\_\_. Cidadania e meio ambiente. In: ACSELRAD, Henri (Org.). *Meio ambiente e cidadania*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), 1992. p. 18-31.

\_\_\_\_\_. Introdução à questão metodológica. In: IBASE (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas). *Conflitos sociais e meio ambiente: desafios políticos e conceituais*. Rio de Janeiro: IBASE, 1995. p. 107- 114.

BARRETO, Valter. Compepa garante água para Suape. Porto de Suape: *blog destinado ao acompanhamento dos projetos criados na área do Porto de Suape*. 27 ago. 2009. Disponível em: < [http://portodesuape.blogspot.com/2009\\_08\\_01\\_archive.html](http://portodesuape.blogspot.com/2009_08_01_archive.html)> Acesso em 1 maio 2010.

BARROS, André Paulo de; SILVEIRA, Karla Augusta; GEHLEN, Vitória Régia Fernandes. Produção do espaço e os conflitos socioambientais na gestão do território. In: Colóquio Internacional Ano da França no Brasil, 2009, Recife. *Anais...* Recife: UFPE, 2009. p. 1-11.

FERREIRA, Álvaro. A produção do espaço: entre dominação e apropriação. Um olhar sobre os movimentos sociais. *Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*. Barcelona: Universidad de Barcelona, 01 de agosto de 2007, vol. XI, núm. 245 (15). Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-24515.htm>.> Acesso em: 09 mai. 2009.

GEHLEN, Vitória. *Do rural ao urbano: a conversão do uso da terra na Zona da Mata Sul Pernambuco*. Projeto de pesquisa CNPq, 2005.

\_\_\_\_\_. *Espaço na contemporaneidade – A emergência nas relações de gênero e no trabalho*. Projeto PIBIC 2006.

GODOY, Paulo. Uma reflexão sobre a produção do espaço. *Estudos Geográficos*, Rio Claro, 2 (1): 29 - 42, junho de 2004. Disponível em: <[www.rc.unesp.br/igce/grad/geografia/revista.htm](http://www.rc.unesp.br/igce/grad/geografia/revista.htm).> Acesso em: 09 maio 2009.

IANNONE, Roberto Antônio. *A revolução industrial*. São Paulo: Moderna, 1992.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGECidades@: Cabo de Santo Agostinho. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>> Acesso em: 22 maio 2010.

LEFEBVRE, Henri. *The production of space*. Oxford: Blackwell, 1991.

PREFEITURA DO CABO. *Diagnóstico socioambiental do Cabo de Santo Agostinho*. Cabo/PE: Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente, 2003.

RAMOS, Tatiana Tramontani. A geografia dos conflitos sociais da América Latina e Caribe. Informe final del concurso: Movimientos sociales y nuevos conflictos en América Latina y el Caribe. *Programa Regional de Becas CLACSO*. 2003. Disponível em:< <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/becas/2002/mov/tramon.pdf>> Acesso em: 1º maio 2010.

ROSSINI, Rosa Ester. A produção do novo espaço rural: pressupostos gerais para compreensão dos conflitos sociais no campo. *CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária*, São Paulo, v. 4, n. 8, p. 5-28, ago. 2009.

SANTOS, Milton. *A Natureza do espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. 4 ed. São Paulo: EDUSP, 2009.

SILVEIRA, Karla Augusta. *Conflitos socioambientais e participação social no Complexo Industrial Portuário de Suape, Pernambuco*. Dissertação (Mestrado em desenvolvimento e meio ambiente) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

SOUZA, Charles Benedito Gemaque. A contribuição de Henri Lefebvre para reflexão do espaço urbano da Amazônia. *Confins*. 2009. Disponível em: <<http://confins.revues.org/index5633.html>> Acesso em: 9 maio 2009. p. 1-9.

SUAPE GLOBAL. *CD ROM Suape 30 anos*. Ipojuca/PE: Suape, 2008.